



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

Sampaio Caldeira, Ana Paula

De Lisboa ao Rio de Janeiro. A trajetória da Coleção Diogo Barbosa Machado

Varia Historia, vol. 28, núm. 47, enero-junio, 2012, pp. 211-233

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434840010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# De Lisboa ao Rio de Janeiro

## a trajetória da Coleção Diogo Barbosa Machado\*

### *From Lisbon to Rio de Janeiro* *the trajectory of Diogo Barbosa Machado's Collection\*\**

**ANA PAULA SAMPAIO CALDEIRA**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação História Política e Bens  
Culturais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas  
Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro, RJ  
paideia@ig.com.br

**RESUMO** Neste artigo, estuda-se a coleção de mapas, folhetos e imagens montadas pelo abade português Diogo Barbosa Machado no século XVIII. Inicialmente, é elaborada uma tipologia dessa coleção, buscando aproximá-la e diferenciá-la de outras de sua época. Em seguida, a partir desse conjunto, aborda-se a atividade de bibliófilo de Barbosa Machado, destacando o trabalho exaustivo de compilação feito por ele em diversas frentes. Por fim, são apontados os caminhos percorridos pela coleção até fazer parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro já no século XIX. O objetivo não é apenas contar a história desses materiais, mas, antes de tudo, mostrar como as mudanças sofridas por eles ao longo de algumas décadas podem nos ajudar a refletir a respeito de como as sociedades se relacionam com o seu passado.

---

\* Artigo recebido em: 05/04/2010. Aprovado em: 19/11/2011.

\*\* Esta pesquisa foi elaborada com base na minha participação, entre 2003 e 2007, no projeto *Recortes de Memória*, coordenado pelos professores Rodrigo Bentes Monteiro (UFF) e Pedro Cardim (Universidade de Lisboa). Ela teve como produto final a dissertação de mestrado *Colecionar, escrever a História. A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*, orientada pelos professores Manoel Salgado Guimarães e Rodrigo Bentes Monteiro e defendida no PPGHIS/UFRJ em 2007. Este artigo é parte modificada do primeiro capítulo da dissertação. Agradeço especialmente a professora Ângela de Castro Gomes pela leitura do texto final e pelas sugestões.

**Palavras-chave** colecionismo, historiografia, Coleção Diogo Barbosa Machado

**ABSTRACT** In this paper, a collection of maps, booklets, and printed portraits assembled by Diogo Barbosa Machado is studied. Barbosa Machado was a Portuguese abbot who lived in the 18th century. Initially, a typology of this collection is elaborated in order to search for similarities and differences with other collections of the same period. Based on this typology, we addressed Barbosa Machado's bibliophilic activity, emphasizing his exhaustive compilation of print materials on different topics. Finally, we showed the history of the collection until it became part of the Brazilian National Library, in Rio de Janeiro, in the 19<sup>th</sup> century. The aim is not only to recount its history, but more importantly to present how changes experienced by the collection over some decades may help us reflect on how societies are related to their past.

**Keywords** collecting, historiography, Diogo Barbosa Machado Collection

No século XVIII, em Portugal, um homem chamado Diogo Barbosa Machado dedicou-se praticamente por inteiro aos estudos. Em sua casa, situada à direita da rua Rilhafoles, em Lisboa, ele foi ao longo da vida enchendo as estantes de sua biblioteca com muitos livros. Interessava-se por vários assuntos, mas possuía uma predileção pela história eclesiástica e secular do reino. Quando jovem, entrou para a Congregação do Oratório. Em 1724, foi ordenado presbítero e, quatro anos depois, foi nomeado abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever. É certo que não permaneceu muito tempo nesse posto, pois isso implicava ficar distante de Lisboa, cidade por excelência dos eruditos portugueses da época. Por outro lado, também é certo que a pensão que adquiriu como abade lhe garantiu renda suficiente para formar uma considerável biblioteca pessoal e também para empenhar-se integralmente nas práticas eruditas de sua época, tais como a correspondência com outros homens do saber, a investigação da história pátria e o colecionismo.<sup>1</sup>

Sua inclinação para os estudos acabou ajudando no seu reconhecimento entre os eruditos lisboetas. Foi justamente a partir do contato com altos membros da nobreza portuguesa que Barbosa Machado foi nomeado, em 1720, membro da Academia Real da História, instituição interessada em promover as glórias do passado português dentro do próprio reino e para toda a Europa. Mais tarde, já como acadêmico, compôs obras de grande

1 BAIÃO, Antonio. *O testamento de Diogo Barbosa Machado*. Porto: Tipografia Siqueira, 1937; COSTA, Manuel Alberto Nunes. Diogo Barbosa Machado e a bibliografia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, p.291-340, 1986; MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insígnies na coleção Barbosa Machado. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v.6, p.215-251, 2005.

fôlego, como a *Biblioteca Lusitana* e as *Memórias para a História de D. Sebastião*. Morreu aos 92 anos e, ao longo de sua trajetória, pôde vivenciar acontecimentos importantes: acompanhou três reinados, viu o reino entrar e sair de muitos conflitos, assistiu ao alvorecer e ao crepúsculo dos estudos históricos em Portugal, surpreendeu-se com a tentativa de regicídio contra o monarca português e, se não bastasse isso tudo, vivenciou o terremoto que assolou Lisboa em 1755. Quase no fim de sua vida, ainda teve um momento de grande prazer e reconhecimento intelectual ao vender para o rei D. José a biblioteca que cultivou durante tantas décadas.

Hoje, de alguma maneira, Barbosa Machado encontra-se no Brasil, mais precisamente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde, nas seções de Iconografia, Cartografia, Obras Raras e Manuscritos nos deparamos com várias obras que um dia estiveram em suas estantes. Elas atravessaram o Atlântico e aportaram aqui alguns anos depois da vinda da Família Real. Junto com sua biblioteca, foi transferida para cá também uma coleção de mapas, imagens e folhetos referentes à história portuguesa organizada por Barbosa Machado em volumes encadernados, com direito a folha de rosto, título e adornos.

Neste artigo, estudaremos a trajetória dessa coleção específica. Começaremos com uma descrição pormenorizada do acervo e apontaremos como ele se insere na biblioteca de seu artífice. Conhecendo esse conjunto de materiais, seguiremos pelos caminhos que ele percorreu até compor os arquivos da Biblioteca Nacional no século XIX, momento em que parte dos objetos da coleção foram restaurados. Já no século seguinte, a Coleção Diogo Barbosa Machado, como ficou conhecida, passaria por outras intervenções, adequando-se às novas demandas da biblioteca. Veremos que as mudanças sofridas por essa coleção ao longo de algumas décadas podem nos ajudar a refletir sobre como as sociedades se relacionam com o seu passado e, mais ainda, transformam os vestígios desse passado em fontes para os historiadores.

### **A coleção na biblioteca de Diogo Barbosa Machado**

A Coleção Diogo Barbosa Machado está diretamente ligada à biblioteca que esse erudito cultivou ao longo da vida. Composta por cerca de 4 mil obras distribuídas em mais de 5.700 volumes, a livraria do abade de Sever foi minuciosamente organizada pelo seu artífice, que chegou a elaborar, inclusive, um catálogo manuscrito a partir do qual é possível ter acesso a todas as obras que possuía em suas estantes, bem como à forma como ele classificava a sua biblioteca e o peso que dava para cada assunto.

A partir desse catálogo (que pode ser encontrado na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional), verificamos que a biblioteca de Barbosa Machado dividia-se de acordo com o seguinte critério: Escritura Sagrada;

teologia especulativa, dogmática e moral; teologia sacra e profana; história eclesiástica; história eclesiástica das regiões orientais e ocidentais; história profana; história profana das regiões orientais e ocidentais; vidas de Cristo, santos, eclesiásticos e de homens e mulheres ilustres em virtudes e ações militares; elogios de pontífices, príncipes e varões insignes em santidade, letras e armas; bibliotecários; genealógicos; heráldicos; cronólogos; geógrafos; ortógrafos; gramáticos; retóricos e oradores; discursos concionatórios; poetas latinos; poetas portugueses, castelhanos e italianos; símbolos, emblemas e empresas; dicionários; antiquários; autores que compreendem diversas matérias em suas obras; autores antigos de língua latina em prosa e verso; pompas triunfais na entrada de príncipes e funerais dos mesmos; políticos; ascéticos, itinerários; escritores de cartas; apologias; críticas invectivas; miscelânea e livros de estampas.<sup>2</sup>

Em meio aos livros que compunham a sua biblioteca pessoal, o abade de Sever destacou em seu catálogo uma coleção organizada por ele mesmo e que reúne documentos relacionados à história de Portugal e de suas possessões na África, América e Ásia. São 2.039 imagens, 3.134 folhetos e 81 mapas organizados em volumes que seguem uma classificação temática, cronológica e tipológica.<sup>3</sup> É muito provável que alguns folhetos, imagens e mapas tenham desaparecido depois que o abade de Sever vendeu a sua coleção para o rei D. José I. Dessa forma, os números que indicamos dizem respeito ao que podemos encontrar atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O catálogo elaborado por Barbosa Machado não traz nenhuma indicação de quando foi produzido. Podemos, no entanto, lançar algumas hipóteses. Analisando a edição dos livros mencionados, é possível supor que ele tenha sido feito depois de 1767, pois os volumes mais recentes datam desse ano. A partir desse momento, portanto, a coleção do abade já deveria estar quase que totalmente organizada, uma vez que ela foi listada no seu catálogo e, três anos depois, vendida para o rei D. José.

2 MACHADO, Diogo Barbosa. *Cathalogo dos livros da livraria Diogo Barbosa Machado distribuídos por matérias e escrito por sua própria mão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

3 A Coleção Diogo Barbosa Machado foi objeto de estudo do Professor Rodrigo Bentes Monteiro, que escreveu diversos artigos sobre esse acervo, entre eles: MONTEIRO, Rodrigo Bentes e CARDIM, Pedro. Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono e FLORES, Jorge. (orgs.) *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.69-104; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado. In: ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula Torres. (orgs.) *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, p.201-228; MONTEIRO, Rodrigo Bentes e LEITE, Jorge Miranda. Os "manifestos de Portugal". Reflexões acerca de um Estado moderno. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.111-130; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de memória: o varão insigne Diogo Barbosa Machado. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs.) *Retratos do império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p.81-95; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.127-154; MONTEIRO, Rodrigo Bentes e CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. *Topoi*, v.8, p.77-113, 2007; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado.

Agora que conhecemos o lugar da coleção na biblioteca de abade de Sever, passemos à análise desse acervo especificamente. A coleção de retratos, atualmente, possui oito volumes e contém gravuras dos séculos XVII e XVIII. Os dois primeiros tratam da monarquia portuguesa e trazem estampas de reis, rainhas e príncipes. O terceiro volume da coleção de retratos é dedicado aos santos e prelados de várias épocas. O tomo seguinte, por sua vez, tem como tema os varões insignes nas letras, ciências e artes, trazendo retratada ali a intelectualidade portuguesa. Os livros 5 e 6 apresentam os varões insignes da Campanha e Gabinete, homenageando os homens ligados à guerra e à administração do governo português. Por fim, o 7º e o 8º volumes são, podemos dizer, mais universais e há dúvidas se foram, de fato, elaborados pelo abade de Sever.

Embora a descrição do conteúdo de cada tomo seja um pouco enfadonha, ela se torna importante, pois a coleção de retratos sofreu mudanças significativas no processo de restauração pelo qual passou no século XIX, quando já se encontrava no Brasil. Abordaremos essa questão mais adiante. Por ora, nos interessa destacar que os dois últimos volumes da coleção de retratos foram agrupados no catálogo de Barbosa Machado separado dos demais. A forma de encadernação, originalmente, também era diferente. Enquanto os seis volumes referentes aos reis e personagens ilustres da monarquia portuguesa foram encadernados em fólio imperial, estes dois últimos, segundo a própria indicação do catálogo do abade, estavam em fólio grande. As imagens que os compõem – francesas, em sua maioria – são também mais luxuosas e nelas não aparece um traço característico de Barbosa Machado: a intervenção. O abade não apenas guardava as imagens coletadas, mas as manipulava, intervindo nelas, recortando-as, colando enfeites, epigramas e tarjas primorosas, ou, ainda, fazendo composições como se quisesse deixar a sua marca. Seu trabalho é por vezes tão minucioso que para um olhar menos atento torna-se difícil distinguir a montagem feita. Os dois últimos volumes, ao contrário dos anteriores, não demonstram esse cuidado. Além disso, trazem personagens que não estão diretamente ligados à história portuguesa, como Richelieu, Tomás de Aquino e Aristóteles. Acreditamos que, de fato, o 7º e o 8º tomos da coleção de retratos tenham sido produzidos por Barbosa Machado. No entanto, como não estavam relacionados ao passado luso, foram colocados separadamente em seu catálogo, além de elaborados de outra maneira, menos ornados de que os demais. A junção desses dois volumes aos demais foi fruto de um trabalho de restauração desenvolvido no século XIX, como veremos adiante.

A coleção de mapas de Barbosa Machado se refere a Portugal e suas possessões. Contém algumas cartas de Lisboa, das ilhas dos Açores e da Madeira e ainda outras do Brasil. Os mapas que se encontram datados fo-

ram produzidos nos séculos XVII e XVIII, mas há ainda dois deles do século XVI, um de Lisboa e outro da cidade de Funchal.

A coleção de folhetos é, por sua vez, a mais numerosa e conta com 146 volumes. Ela traz não só opúsculos impressos e manuscritos sobre a monarquia, a nobreza e os eclesiásticos portugueses, mas também notícias sobre festas, batalhas e ainda relatos de missões que aconteceram nas possessões portuguesas da América, África e Ásia. Os folhetos se encontram, predominantemente, em português e espanhol, embora haja alguns em outros idiomas. As publicações também são variadas, uma vez que há textos impressos em Madri, Roma, Luca, Paris, além de outras cidades. A grande maioria dos folhetos refere-se aos reinados de D. João V e de D. José I, o que pode ser entendido pela maior facilidade do acadêmico em encontrar material dessa época do que de períodos mais remotos. Cabe destacar, no entanto, que nem todos os folhetos da Coleção Barbosa Machado encontram-se datados. Dentre os que trazem essa informação, verificamos que três deles são do século XV (mas constam na compilação com edições do século XVI), 78 são do século XVI, 1009 do século XVII e 1795 do século XVIII (até 1770).

Nessa parte da coleção, a interferência de Barbosa Machado se deu de maneira um pouco diferente daquela feita sobre os retratos. Em relação aos opúsculos, ele os repetiu em volumes de temáticas diferentes; os dividiu, colocando parte deles em um dado volume e a outra parte em outro; acrescentou a eles mapas, plantas de cidade e desenhos de batalhas; até mesmo corrigiu palavras e erros tipográficos. Seu empenho em organizar esse material escrito ficou evidente também no cuidado que o bibliófilo teve de fazer uma lista com os títulos de todos os folhetos que constavam em um determinado livro, colocando-a no início de cada tomo de sua coleção, produzindo, assim, um índice de consulta para o seu leitor. Não faltam ainda nessa coleção folhetos escritos pelos pares de Barbosa Machado, isto é, pelos outros membros da Academia Real de História e, inclusive, pelo próprio abade de Sever. Sobretudo nos volumes dedicados ao aniversário dos reis e rainhas de Portugal há várias orações e elogios recitados pelos acadêmicos para os monarcas.

Sabemos pelos gravadores das imagens, pelos autores dos folhetos, pelo idioma ou ainda pela cidade em que foram publicados (quando trazem estas referências) que a maioria das gravuras, dos opúsculos e dos mapas reunidos por Barbosa Machado foram produzidos em Portugal, mas há outros que certamente vieram de fora do reino. Mesmo entre os opúsculos portugueses, por exemplo, há alguns raros e outros que datam do século XVI. Como pode, então, o abade de Sever ter acesso a esses escritos e imagens? Em certos casos, Diogo Barbosa Machado comprou esses materiais e ainda mandou vir alguns do estrangeiro. Essa prática era comum, uma vez que vários eruditos da época ocupavam cargos administrativos em

seus reinos, tendo, por isso, de viajar constantemente para outras regiões. Através da correspondência que o bibliófilo manteve com Francisco Xavier de Oliveira, secretário particular do embaixador João Gomes da Silva, Conde de Tarouca, percebemos que muitos dos amigos do abade recebiam encomendas e mandavam-lhe de suas viagens ao exterior opúsculos ou imagens úteis aos interesses do colecionador:

Quanto à encomenda de estampas que VM continua a me lembrar, confesso que tenho medo de fazer emprego algum, porque todas as ocasiões em que descobri alguma coisa que podia servir a VM achei que o preço não era cômodo, ou, para melhor dizer, [tinha] dúvidas se seria a sua satisfação. Pelo que respeita aos retratos dos príncipes e varões insignes, não faltarei de lançar em todos os que puder achar, desejando que VM me diga se sua curiosidade se limita somente aos heróis portugueses ou se pretende haver também os retratos dos estrangeiros mais famosos.<sup>4</sup>

Os *Anais da Biblioteca Nacional*, por outro lado, indicam também que Barbosa Machado, a fim de adquirir imagens variadas para a sua coleção de retratos, não se importava em recortar os livros que tinha duplicados, arrancando deles gravuras e adicionando-as à sua coleção (não sem antes enfeitá-las com suas tarjas e composições).<sup>5</sup>

É preciso destacar, portanto, que a prática do colecionismo não era, como comumente se pensa, uma atividade individualizada e que remete a uma pessoa na solidão de seu gabinete. De fato, a coleção estudada nos leva à biblioteca particular de um colecionador específico, mas é preciso ter sempre em mente que Diogo Barbosa Machado fazia parte de um grupo de eruditos, no interior do qual a prática de colecionar objetos históricos, livros, papéis e moedas era bastante difundida. Estudo feito por João Carlos Pires Brigola mostrou que diversos letrados portugueses (alguns, inclusive, membros da Academia Real) mantinham destacados acervos pessoais. O gabinete dos Condes da Ericeira, por exemplo, era especializado em antiguidades, moedas e, sobretudo, em história natural.<sup>6</sup> Da mesma maneira, o duque de Cadaval, embora mantivesse uma coleção de manuscritos, dedicava-se também aos objetos naturais e à numismática. A coleção dos Marquês de Abrantes era referência em medalhas, enquanto o gabinete

4 Lisboa. Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda. *Carta de Francisco Xavier de Oliveira para Barbosa Machado*. Haia, 19 out. 1742. Ao longo do texto, buscamos atualizar a grafia das fontes utilizadas nas citações. Foge ao nosso objetivo neste trabalho analisar as redes que envolviam a compra de livros europeus por personagens portugueses. Sobre o comércio livreiro no Portugal do século XVIII e seus agentes, ver DOMINGOS, Manuela. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2000. Sobre a questão da encomenda de gravuras e da constituição de coleções de imagens em Portugal nesse mesmo período, ver MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, Roi de Portugal*. Lisboa/ Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação da Casa de Bragança/ Centre Culturel Calouste Gulbenkian/ Bibliothèque Nationale de France, 1996-2003, v.3. A obra de Mandroux-França centra-se na coleção de gravura que o rei português D. João V encomendou a Pierre-Jean Mariette, um dos principais *marchands* da Europa do século XVIII.

5 BRUM, José Zeferino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos retratos coligidos por Diogo Barboza Machado*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1893-1905, v.1, p.I-VIII.

6 BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.507.



do rei D. João V centrava-se nos objetos de arte e na mineralogia.<sup>7</sup> Além disso, a própria Academia Real de História também investiu na composição de coleções de medalhas, moedas e antiguidades lusitanas (materiais considerados fundamentais para o projeto da instituição de escrever a história do reino), bem como compôs um acervo com documentos relativos ao funcionamento e à história da própria instituição.<sup>8</sup>

Voltando a Barbosa Machado, vale a pena perceber como a prática do colecionismo e o desejo de reunir tudo o que fosse necessário para escrever a história de um determinado período marcam também outros de seus empreendimentos. Para compor as *Memórias para a História de Portugal*, cujo primeiro tomo foi publicado em 1736, Barbosa Machado colheu decretos, cartas e outros documentos escritos referentes ao reinado do rei D. Sebastião e ao período Habsburgo. Nessa obra, o abade também listou e descreveu de forma minuciosa as ações dos varões insignes, cuja lealdade, sobretudo em um momento turbulento da história do reino português, não poderia cair no esquecimento.

Um trabalho de pesquisa e de coleta documental também foi elaborado pelo abade enquanto montava a sua *Bibliotheca Lusitana*. Para compor essa obra, que se trata, na verdade, de um catálogo dos escritores portugueses e de suas produções, Barbosa Machado consultou autores que tentaram fazer um trabalho semelhante e ainda contatou eruditos, solicitando-lhes que mandassem informações sobre a vida e os escritos de autores portugueses,<sup>9</sup> como se vê na carta que o abade destina ao Padre Frei Marceliano da Ascensão:

No catálogo que por via de meu irmão D. José recebi dos [revendedores] Bracarenses vem grande número que eu não tenho, e assim peço a V.E para o qual escrevo que resolva mandar notícias daquelas que não estão na Biblioteca Lusitana já impressa e com quanto maior brevidade se remeteram, tanto mais se irão acomodando com as suas classes. Já que V.E foi o Vasco da Gama da Canônica de Frei João do Apocalipse lhe peço [que] me mande transcrito o título dela que assim o por na dita biblioteca (...). Também não tenho os nomes de seus pais, nem o dia e ano que recebeu o hábito, assemelho que fora natural de Guimarães e que morrera em Tranca a 22 de Abril de 1632. De tudo espero resposta.<sup>10</sup>

O resultado dessas trocas de correspondência e do intercâmbio de informações foi a composição dos quatro tomos da *Bibliotheca Lusitana*,

7 BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p.508-13.

8 Sobre a importância de documentos para a escrita da história, ver GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998; KRIEGL, Blandine. *L'histoire à l'age classique*. Paris: PUF, 1988, v.4.

9 MACHADO, Diogo Barbosa. Prólogo. In: *Bibliotheca lusitana*. Lisboa Ocidental: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1741-1759, v.1.

10 Lisboa. Biblioteca Nacional de Lisboa. *Carta de Diogo Barbosa Machado destinada ao Padre Frei Marceliano da ascensão*, 31 out. 1744.

publicados respectivamente em 1741, 1747, 1752 e 1759, e que serviam como um elogio à República das Letras portuguesa.

O trabalho de Barbosa Machado, portanto, é antes de tudo o de coletar e ordenar. Nem a sua livreria pessoal poderia fugir a esse desejo de organização dos livros, dos documentos e dos saberes. Não bastava apenas compilar. Essa compilação, seja de documentos, seja de informações sobre autores portugueses, trazia um objetivo explícito, objetivo este que não era apenas de Barbosa Machado, mas de toda a Academia da qual fazia parte: o de trazer à memória os fatos e personagens que contribuíram para a grandeza do reino. A sua coleção pessoal insere-se também nesse duplo interesse de ordenação e de memória. Ao escolher os seus documentos, Barbosa Machado selecionou aquilo que devia ou não ser lembrado, o que era digno de sobreviver ao tempo, os personagens e eventos que, dali por diante, passariam a figurar na tão memorável história do reino português. A partir de sua coleção, ele estabelecia o que era tradição, o que era memória, portanto, o que devia ser guardado. Dessa forma, o passado não se arrastava até Barbosa Machado, mas, antes, era composto por ele a cada folheto e a cada imagem.

A coleção estudada nos remete ao trabalho dos antiquários do século XVIII e, sobretudo, ao interesse que aqueles homens tinham pelo seu passado. No século seguinte, esses materiais viriam para o Brasil e passariam a fazer parte do fundo da Biblioteca Imperial, mais tarde Biblioteca Nacional. Restaurada e admirada pelos bibliotecários daquele momento, essa coleção passou por mudanças que nos fazem refletir a respeito dos interesses que as sociedades dos séculos XVIII e XIX mantinham pelo passado. Cabe-nos, portanto, perguntar, em primeiro lugar, o que levava os homens no século XVIII a reunir elementos referentes a um tempo longínquo? O que esse passado representava e que ligação mantinha com o presente e o futuro? Em segundo lugar, outras perguntas que se colocam são: de que maneira os bibliotecários do século XIX entenderam o trabalho de Barbosa Machado? O que os levou a conservar e restaurar a coleção? Depois de conhecermos esse conjunto de materiais, passamos, na segunda parte deste texto, a tratar de duas culturas históricas: de um lado, a que permitiu a montagem dessa coleção e, de outro, aquela que a constituiu como fonte e possibilitou que ela chegasse até nós.

### **A trajetória da coleção e as mudanças sofridas por ela na cultura histórica oitocentista**

O interesse de Barbosa Machado e de seus pares da Academia Real em relação ao passado foi marcado por três questões que, na verdade, estavam imbricadas: a superação do esquecimento, o papel pedagógico dos exemplos do passado e a importância do documento. Como já indica-

mos, alguns dos tomos que compõem a coleção de folhetos do abade de Sever, intitulados *Aplausos dos anos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*, trazem orações dos membros da Academia Real da História nas quais eles expõem os trabalhos que vêm realizando dentro daquela instituição ao monarca D. João V e à rainha consorte D. Mariana. Essas orações são particularmente interessantes, pois, em algumas delas, os eruditos refletiam a respeito da história, das relações entre presente e passado ou ainda sobre o que consideravam ser o trabalho de um acadêmico-historiador.

Uma preocupação que aparece em praticamente todos esses folhetos é a do esquecimento. Manoel Caetano de Sousa afirmava que a fundação da Academia Real desnaturalizou, em Portugal, o vício do esquecimento, hábito este “nefasto, pois nega a glória dos heróis e oculta a infâmia dos indignos”.<sup>11</sup> O que estava em jogo nessas orações e elogios proferidos pelos acadêmicos era o papel que eles atribuíam à história e à Academia da qual faziam parte. Para eles, o estudo do passado tinha uma função muito clara: ultrapassar a efemeridade das coisas, perpetuar a memória, tirar os heróis do esquecimento, trazê-los novamente à vida. Por outro lado, isso deveria ser feito sem ocultar a memória do infame, afinal, se era possível aprender com os atos dos homens do passado, era necessário também, nesse aprendizado, ter bastante claro que caminhos não deveriam ser trilhados.

Dessa forma, a história era a arte capaz de tirar do esquecimento os homens e eventos do passado.<sup>12</sup> Para isso, como lembrou o marquês de Alegrete, eram indispensáveis os documentos, pois a partir deles é que podiam ser encontrados os atos e os exemplos que deveriam ser trazidos à memória.<sup>13</sup> Era preciso, portanto, conhecer os arquivos, organizá-los e ter acesso aos vestígios do passado, pois neles estavam os homens e as ações dignas de lembrança.

A história tinha a capacidade de manter a memória, portanto de vencer a própria morte. Esta, por sua vez, podia ser superada pela escrita, capaz de fixar as virtudes e os atos de um homem para as gerações futuras. Os elogios fúnebres e os sermões de exéquias, gêneros muito produzidos no século XVIII português – e que ganhavam destaque na Coleção de Diogo Barbosa Machado – mostravam a preocupação daquela sociedade com seus mortos, isto é, o interesse em conservar, por meio de um texto escrito, a sua memória e também de construir um ideal de virtude que servisse para os demais súditos. Memória, história, exemplaridade e escrita apareciam, portanto, imbricadas aqui.

11 SOUZA, Manuel Caetano de. Introdução panegírica na conferência pública da Academia Real da História Portuguesa. In: MACHADO, Diogo Barbosa. *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. *Biblioteca Nacional*, v.1, p.224-30.

12 SYLVA, Manoel Telles da. *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, p.85.

13 SYLVA, Manoel Telles da. *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, p.85.

A estreita ligação e intercessão entre história e memória pode ser percebida também no próprio sentido de história presente no *Vocabulário Português e Latino*, do Padre Raphael Bluteau. O acadêmico definiu a palavra da seguinte maneira:

Mais particularmente, Historia é narração de coisas memoráveis, que têm acontecido em algum lugar, em certo tempo, e com certas pessoas, ou nações. (...) A história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, e a mensageira da Antiguidade.<sup>14</sup>

Como se sabe, a concepção de história como mestra da vida (*historia magistra vitae*), nos remete a Cícero e à tarefa que ele atribuía à história de fornecer à oratória uma coleção de exemplos pedagógicos. No entanto, como lembra Reinhart Koselleck, a *História Magistra Vitae* podia ensinar os homens a serem melhores somente se o tempo fosse vivido como um espaço de experiências compartilháveis. Isto é, essa história exemplar subentendia não só a admissão da constância e invariabilidade da natureza humana, mas também um tempo mais lento no que se refere às transformações sociais, o que permitiria que os exemplos de personagens do passado continuassem úteis e válidos no presente e, ao mesmo tempo, limitassem aquilo que seria possível experimentar no futuro.<sup>15</sup> Fernando Catroga também chama a atenção para o fato de que para entender o preceito greco-romano segundo o qual a história é mestra da vida, é necessário ter em mente três elementos: “o ritmo do cosmos, a raiz histórica da natureza humana e a fama (perpetuada pela escrita)”.<sup>16</sup>

Torna-se claro, portanto, a partir das questões da memória, do exemplo e da necessidade do documento, o interesse que moveu eruditos, como Barbosa Machado, a guardar de forma intensa, porém criteriosa, documentos a respeito do passado. Coletar era uma maneira de voltar no tempo, ter o passado perto de si, senti-lo e preservá-lo contra a corrupção dos séculos. O documento era um elemento de mediação entre o presente e o passado, tornado indispensável para construir qualquer tipo de conhecimento em relação a este último. Os folhetos (publicações fadadas ao desaparecimento por serem consumidas pelos leitores momentaneamente, no calor de um determinado evento) e as imagens colecionadas ganhavam uma função de deixar sempre viva a memória dos personagens do passado, mas também de educar os homens do presente e do futuro.

Em 1755, Lisboa ficou parcialmente destruída após um terremoto e um incêndio. Muitas bibliotecas se perderam completamente, entre elas

14 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico* (...) Coimbra: Real Colégio das Artes da Cia de Jesus, 1713, v.4, p.39-40. (Grifo nosso).

15 KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, [s.d.], p.43.

16 CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009, p.63.

a Biblioteca Real. A livraria de Barbosa Machado, no entanto, não sofreu danos. Sendo assim, dentro de um plano de recuperação da biblioteca do rei, o abade de Sever vendeu os seus livros e a sua coleção pessoal à Coroa, recebendo por isso uma pensão vitalícia. O intermediário dessa negociação foi Frei Manuel do Cenáculo, conhecido colecionador e erudito da segunda metade do século XVIII. O transporte das obras começou em 1770 e só terminou dois anos depois, pois o acadêmico desejava reformar e reencadernar alguns exemplares antes de entregá-los aos seus novos donos.<sup>17</sup> Por ter sido uma das poucas livrarias que sobreviveram ao sismo, Barbosa Machado tinha em suas mãos documentos que se tornaram raros. Com a invasão napoleônica e a vinda da Corte para o Brasil, muitas das obras da Biblioteca Real foram transferidas para o Rio de Janeiro. Entre elas, estava toda a coleção do abade.

Assim que chegou à cidade, em 1810, a coleção foi instalada nas salas do andar superior da Terceira Ordem do Carmo junto a outras obras que também faziam parte da Real Biblioteca. Não sendo aquele o ambiente mais adequado para a conservação e o abrigo dos livros, os materiais, por ordem do Príncipe Regente, foram ocupar as catacumbas que haviam servido aos religiosos da ordem.<sup>18</sup> No início dos anos 1850, no entanto, todo esse acervo foi transferido para o edifício da Biblioteca Nacional situado à Rua da Lapa, onde permaneceu até a construção do prédio que abriga atualmente essa instituição.

Já nas mãos dos funcionários dessa biblioteca, notadamente Benjamin Franklin Ramiz Galvão – diretor e organizador da Biblioteca Nacional – e José Zeferino de Meneses Brum – chefe da seção de estampas –, a coleção foi objeto de um estudo, passou por algumas restaurações e sofreu mudanças. Determinados livros e imagens foram perdidos, outros reencontrados já no século XX. No entanto, o que nos importa é o fato de que esses homens trabalharam sobre o empreendimento de Barbosa Machado. O que os unia ao abade do século XVIII? Certamente o desejo de conservar e de organizar, mas, agora, sob critérios e métodos, na visão dos bibliotecários, mais rigorosos do que aqueles utilizados pelo abade setecentista.

Os retratos coligidos por Diogo Barbosa Machado foram, em relação às outras partes da coleção, os que sofreram as maiores mudanças. Em primeiro lugar, eles passaram por um processo de atualização, isto é, foram inseridas nos álbuns de estampas algumas imagens que, pelas datas e pela disposição em que se encontram nos livros, não poderiam ter sido postas ali pelo acadêmico do século XVIII. A mais importante é a do Frei Manuel do Cenáculo, erudito que intermediou a venda da coleção de Barbosa Machado para a Biblioteca Real de D. José. Não sabemos quando essa

17 GALVÃO, Ramiz. Diogo Barbosa Machado. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.1, p.39, 1876.

18 CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000, p.44-5.

gravura foi colocada num dos tomos de retratos, mas é certo que a coleção já se encontrava no Rio de Janeiro quando a imagem foi inserida. No entanto, o que nos importa destacar é o interesse em atualizar a memória, adicionando aos retratos a estampa de um personagem ligado à própria história daquela coleção.

A partir de 1883, os álbuns que compõem a coleção de retratos também passaram por um processo de restauração que durou cerca de dez anos. Durante esse período, todas as imagens foram descoladas de suas folhas originais, lavadas e coladas novamente em outras.<sup>19</sup> Lygia Cunha, funcionária da Biblioteca Nacional entre as décadas de 1940 e 1990 e ex-chefe da Seção de Iconografia, diz que há certas dúvidas em relação à lavagem das gravuras, não se sabendo exatamente como ela poderia ter sido feita, nem os métodos utilizados na época.<sup>20</sup> No entanto, esse processo de restauração é descrito por Zeferino Brum na introdução que escreveu para o *Catálogo dos Retratos Coligidos por Diogo Barbosa Machado*:

O estado de deterioração a que se achavam reduzidos os volumes desta preciosa coleção de retratos reclamava pronto reparo e nova encadernação. Graças à rara habilidade do auxiliar Snr Antonio Luiz Pinto Montenegro, coadjuvado pelo auxiliar Snr Carlos Peixoto, pode a seção de estampas levar feito estas difíceis reparações com toda a perfeição. Como para realizá-las era mister que todo o papel fosse previamente molhado, principiou-se por desmanchar os volumes e descolar-lhes uma por uma as estampas grudadas nas folhas; depois foram coladas sobre estas: 1º, as estampas nos lugares em que antes se achavam, 2º, novas folhas de papel, nas quais tinham sido de antemão feitas aberturas do tamanho exato das estampas, espécie de *passe-partout*, para que desta arte ficasse a nova folha com espessura igual em toda ela.<sup>21</sup>

O trabalho desse funcionário foi, de fato, minucioso e não se restringiu somente à restauração da encadernação dos tomos. Na verdade, foi um labor de pesquisa dificultado pelos próprios métodos do colecionador setecentista.

19 BRUM, José Zeferino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado*, p.I-VIII.

20 Lygia Cunha entrou na Biblioteca Nacional em 1941, depois de fazer um curso de dois anos na própria instituição. Sua formação é marcada pela erudição e por viagens de estudo para vários lugares da Europa, como França, Alemanha e Itália. Exerceu as funções de chefe da seção de Iconografia (criada com a reforma de 1945/46) e diretora da Divisão de Obras Raras, que compreendia os setores de Manuscritos, Música, Iconografia e Obras Raras propriamente ditas. A vivência que Lygia Cunha teve durante o longo período em que trabalhou na Biblioteca Nacional (1941-1990) é importante para entendermos um pouco da história da Coleção Barbosa Machado, uma vez que essa bibliotecária, além de ter lidado com a compilação de retratos, vivenciou vários momentos daquela instituição. Ela passou, por exemplo, por um processo em que a erudição, anteriormente característica indispensável para as estudantes de biblioteconomia, foi cedendo cada vez mais lugar à técnica. O período em que Rubem Borba de Moraes esteve à frente da diretoria da biblioteca (1945-47) é caracterizado pela reorganização técnica dos serviços, pelo início da classificação do acervo baseada em normas universais – o método Dewey – e pela higienização dos livros; CUNHA, Lygia. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 02 mar. 2005.

21 BRUM, José Zeferino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado*, p.I-VIII.

Continuei durante o 2º trimestre deste ano a classificação das estampas da Coleção de Retratos de Barbosa Machado, trabalho que não está tão adiantado, como eu desejara, pelas pesquisas bibliográficas, que a cada passo sou obrigado a fazer por causa do sistema usado pelo célebre colecionador de mutilar a parte gravada das estampas, ou cortar-lhe as margens.<sup>22</sup>

A pesquisa de Zeferino Brum teve como produto final um catálogo das imagens da Coleção Barbosa Machado. Os bibliotecários investigaram no Brasil e na Europa, procurando saber onde Barbosa Machado conseguira seus materiais, a autoria dos folhetos anônimos, notícias a respeito dos personagens presentes na coleção, a origem de alguns pintores e gravadores, além da proveniência de várias das imagens. Recorreu-se ao catálogo da biblioteca pessoal do abade para entender também de que maneira a coleção como um todo estava disposta e, com algumas diferenças, mantiveram a organização original do acadêmico. A exceção encontra-se, sobretudo, na coleção de retratos, em que foram incorporados aos seis tomos referentes aos reis e varões insignes portugueses outros dois, de estampas relativas a personalidades estrangeiras, alteração já indicada por nós anteriormente.

De acordo com Lygia Cunha, Zeferino Brum pouco interveio na coleção de retratos. O funcionário se concentrou na restauração da encadernação e, segundo ele mesmo informa, na lavagem das imagens. As gravuras, no entanto, teriam sido coladas novamente da maneira como Barbosa Machado fez.<sup>23</sup> No entanto, por melhor que fossem as intenções do bibliotecário, ele interferiu no acervo e, mais do que isso, seu empenho em deixá-lo conforme fora produzido, seria considerado falsificação atualmente. É interessante observar como o próprio Zeferino Brum descreveu com naturalidade as alterações e acréscimos que ele e seus ajudantes fizeram na coleção de retratos:

Como os volumes VII e VIII não tinham títulos, demos-lhes os que lhe convinham e que ocorrem à folha IIIv do Catálogo Manuscrito da Livraria de Diogo Barbosa Machado, acrescentamos com o dizer comum aos títulos dos seis primeiros volumes: “coligidos por Diogo Barbosa Machado, abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever, e Acadêmico Real”. Estes títulos foram feitos à mão, com tinta preta e vermelha, pelo dito Snr Montenegro, imitando com tanta exatidão os caracteres tipográficos dos títulos dos outros volumes da coleção que dificilmente se poderá [sic] descobrir diferenças entre os impressos e os manuscritos.<sup>24</sup>

O trabalho de restauração da Coleção de Retratos de Diogo Barbosa Machado rendeu relatórios bastante detalhados a respeito do estado da coleção, dos quais nos servimos nas citações acima. No entanto, nos in-

22 BRUM, José Zeferino de Meneses et al. *Registro dos relatórios trimestrais da secção de estampas da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-98.

23 CUNHA, Lygia. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira*.

24 BRUM, José Zeferino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado*, p.I-VIII. (Grifo nosso).

teressa agora analisar um artigo escrito por Ramiz Galvão e publicado no primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Nesse texto, escrito em 1876 (portanto antes do processo de restauração da coleção de retratos), ele tratou da vida e da obra de Diogo Barbosa Machado e ainda deixou transparecer a maneira como via o trabalho daquele erudito do século XVIII, bem como o seu, no século XIX.

Ramiz Galvão nasceu no Rio Grande do Sul em 1846 e morreu, no Rio de Janeiro, em 1938. Assim como muitos outros intelectuais do século XIX, ele atuou em diversas frentes. De acordo com Eliana Dutra, Galvão teve uma trajetória bastante burocrática dentro do meio intelectual carioca.<sup>25</sup> Graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1868. No ano seguinte, foi nomeado lente de grego no Colégio Pedro II. Serviu como médico-cirurgião na Guerra do Paraguai e, em 1870, aos 24 anos, foi nomeado diretor da Biblioteca Imperial. Suas relações com o Imperador D. Pedro II eram estreitas. Em 1873, o monarca o nomeou como representante do Brasil na exposição internacional de Viena e, em 1882, confiou a ele a educação de seus netos. Ramiz Galvão também viajou por toda a Europa, buscando documentos referentes à história do Brasil, tudo isso a pedido do governo. Ainda do Imperador, recebeu o título de Barão de Ramiz, que foi somado a vários outros que possuía. Já na República, foi nomeado Inspetor Geral de Instrução Primária do Distrito Federal, passando, mais tarde, a ser Diretor da Instrução Pública, cargo que ocupou até 1893, quando se exilou por conta do envolvimento de seu cunhado, Luiz Felipe Saldanha da Gama, na Revolta da Armada. Retornou em 1894 e, até 1899, permaneceu como secretário da *Gazeta do Rio de Janeiro*.<sup>26</sup>

A carreira de Ramiz Galvão vai ainda muito além. No entanto, nos interessa destacar que, além de diretor da BN, ele também fez parte de outra instituição importante da época, o IHGB, onde foi admitido como sócio em 1872. A sua atuação nessa academia nos parece relevante, porque se trata de um lugar de reconhecimento: uma vez convidado a fazer parte dos quadros do IHGB, Galvão era legitimado como um historiador de ofício, muito embora não faça parte hoje do panteão dos historiadores nacionais, tendo a sua memória sido requerida mais pelos bibliotecários do que pelos profissionais da história.<sup>27</sup> A sua passagem pelo IHGB num momento em que estão sendo discutidos e definidos os procedimentos que validam e

25 DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

26 TUBINO, Nina. *Sinopse biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: [s.n], 1994.

27 Convém atentar aqui, como nos lembra Ângela de Castro Gomes, para a inexistência da História como um campo autônomo no século XIX e nas primeiras décadas do XX. Quando nos referimos a Ramiz Galvão e seus pares do IHGB como “historiadores de ofício”, pensamos em um grupo de eruditos que se interessava e circulava por um amplo espaço de conhecimento, que envolvia a história, a etnologia, a geografia, a literatura e o estudo de línguas indígenas. Esse grupo, por sua vez, tinha as suas obras legitimadas pelo Instituto Histórico, local por excelência de produção historiográfica da época; GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.75.



legitimam uma narrativa científica da histórica é indispensável para entendermos o parecer do Barão de Ramiz a respeito do trabalho colecionista de Diogo Barbosa Machado.

A impressão de Galvão sobre o labor do abade de Sever era, em primeiro lugar, de admiração. Sobre a Coleção Barbosa Machado, ele deu o seguinte parecer:

Não se sabe o que mais se deva admirar, se a excelência das edições raras, se a beleza dos exemplares preferidos pelo douto colecionador, se enfim a boa ordem e perfeição das coleções factícias, prodígio de perseverança e de cuidado. Estão neles reunidas quase todas as províncias do saber humano, representado pelas suas obras mais dignas de nota e estima.<sup>28</sup>

Por outro lado, a obra de Diogo Barbosa era também passível de alguns julgamentos severos. Uma de suas observações mais rigorosas dirigiu-se ao gosto duvidoso do colecionador setecentista. Em relação às tarjas nas quais o erudito envolvia as suas gravuras, Ramiz Galvão fez a seguinte consideração:

Barbosa foi um coletor inteligentíssimo, e ao que parece grande conhecedor de livros; mas o senso artístico, o gosto, o amor do belo esse faltava à sua organização e não fizera nunca o seu cuidado. Como dizer um iconófilo que um soberbo retrato de Edelinck, de Nantevil ou de Vorsterman ganha merecimento dentro de uma comuníssima tarja de Bonnat? (...) Não há [como] negá-lo; essa união híbrida, ofensiva, quase se poderia dizer repugnante, de retratos e de molduras das escolas mais opostas, de gravadores os mais distanciados na escala do merecimento e da idade, é, aos nossos olhos, a demonstração viva de que ao nosso ilustre bibliófilo eram completamente alheias as noções intuitivas do belo.<sup>29</sup>

Mas as críticas não se restringiam apenas ao gosto estético do abade. Elas dirigiram-se também às obras de cunho histórico produzidas por Diogo Barbosa Machado. A respeito das *Memórias para a História de Portugal*, Galvão afirmava que ela ainda não primava “pela *análise profunda* nem pelo elevado *espírito filosófico*, que hoje acreditamos inseparável das boas obras históricas”.<sup>30</sup> Convém atentarmos para os dois elementos destacados por nós na crítica que Galvão faz ao colecionador Barbosa Machado: faltam-lhe “análise” e “espírito filosófico”. Antes de nos determos nesse ponto, é preciso destacar outras observações que o diretor da Biblioteca Nacional fez a respeito do acadêmico português.

Da crítica ao trabalho de historiador de Barbosa Machado, Ramiz Galvão passou ao exame dos procedimentos da própria Real Academia de História, considerados estranhos a seus olhos e aos de seus contemporâneos. Em

28 GALVÃO, Ramiz. Vida de Frei Camilo. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.?, p.159, 1884/85.

29 GALVÃO, Ramiz. Diogo Barbosa Machado, p.35.

30 GALVÃO, Ramiz. Diogo Barbosa Machado, p.8. (Grifo nosso)

seu artigo, o diretor da Biblioteca Nacional conta que, em uma conferência entre os eruditos daquela sociedade, Barbosa Machado propôs aos censores que discutissem a controvérsia relativa ao desaparecimento de dom Sebastião. Escrevendo, naquele momento, um livro sobre o rei desejado, o abade não poderia decidir sozinho se aquele monarca escapara vivo da Batalha de Alcácer Quibir ou se nela teria morrido a golpes dos infiéis e combatendo como um herói. Os censores da academia, por sua vez, responderam-lhe que escrevesse que o tal rei saíra vivo da batalha, porém, o acadêmico deveria deixar claro que tudo que se contava a respeito de dom Sebastião depois do tal acontecimento devia ser tratado como duvidoso. A estranheza de Galvão recai exatamente sobre o procedimento da Academia Real:

Esta maneira singularíssima de resolver *ex cathedra* pontos históricos controversos, e da ordem do que se propunha, seria hoje altamente estranhada, e não haveria escritor capaz de sujeitar-se a semelhante decisão peremptória; entretanto era aquele o procedimento geralmente seguido na célebre academia, cujos serviços não nos é dado negar, mas teve, como todas as associações análogas do tempo, o enormíssimo defeito de não compreender a sua missão e a sublimidade dos estudos, que tomará sobre seus ombros. A crítica histórica em Portugal deveria surgir mais tarde.<sup>31</sup>

Subjacente ao olhar de Ramiz Galvão havia uma concepção de história que, apesar de alguns elementos de permanência, guardava pontos de distinção muito claros em relação à historiografia portuguesa setecentista. Isso se torna visível na diferenciação que Galvão fazia entre o seu trabalho e o de Diogo Barbosa. Para o membro do IHGB, ainda não havia chegado no Portugal do Antigo Regime o espírito de crítica histórica, fundamental para que o historiador analisasse rigorosamente o passado, concebendo-o dentro de um movimento linear do tempo. No momento em que Ramiz escreve, a prática historiográfica formalizava-se em determinados procedimentos que legitimavam a narrativa como verdadeira, entre eles a crítica documental e a imparcialidade do historiador. Nesse ponto, para Galvão, o abade português era passível de muitas ressalvas pelos excessivos e deliberados elogios que fazia aos autores que figuravam em sua *Bibliotheca Lusitana* ou ainda por resolver de modo pouco analítico (isto é, sem pesquisa) assuntos controversos da história portuguesa. O bibliotecário também criticou o erudito pela severidade e parcialidade com que falava dos escritores protestantes na sua obra *Bibliotheca Lusitana*. Por outro lado, Ramiz Galvão buscava entender e justificar alguns erros que, a seu juízo, foram cometidos por Barbosa Machado:

---

31 GALVÃO, Ramiz. Diogo Barbosa Machado, p.6-7.

A Inquisição estava então em Portugal em seu pleno vigor, e sabe-se que não seria visto com bons olhos quem, aludindo a um escritor protestante, lhe não adicionasse um epíteto afrontoso. Era o mal do tempo e da sociedade; que faria Barbosa senão respeitá-lo e convir com ele? Não se tomara por norma na Academia Real da História Portuguesa o rejeitar *in limine* a autoridade dos escritores de outro credo religioso? (...) A bibliografia estava, naqueles tempos, mui longe do que hoje é em matéria de *rigor* e *fidelidade*, em *método* de exposição e espírito de *crítica*.<sup>32</sup>

Ramiz Galvão via-se em um estágio mais avançado em matéria de entendimento da escrita da história, da bibliografia ou da estética do que aquele em que se encontrava Barbosa Machado, estágio esse que lhe permitia falar, de um lugar privilegiado, a respeito do gosto do erudito setecentista, da sua parcialidade e falta de rigor, método e crítica em suas obras, aliados aos procedimentos tão pouco científicos da Academia Real da História em matéria de julgamento dos fatos. Para Ramiz Galvão, havia diferenças muito claras entre o seu trabalho (e dos demais historiadores do XIX) e o de Barbosa Machado: aqueles detinham outros instrumentos, conheciam o sentido da História e poderiam ver além e de forma mais criteriosa que os acadêmicos do século XVIII.

Acreditamos que o interesse de Ramiz Galvão em se debruçar sobre a coleção, a trajetória e o trabalho de Digo Barbosa Machado no momento em que ele escreveu o seu artigo para os *Anais da Biblioteca Nacional*, pode ser entendido como uma estratégia de valorização da própria Biblioteca Nacional, que, naquele momento, organizava seu acervo e se constituía como a biblioteca da nação brasileira. No entanto, é preciso considerar também que, apesar das ressalvas, o empreendimento de Barbosa Machado era, para Ramiz Galvão, de grande importância não só pelo seu trabalho de compilação, mas também porque aquela coleção era capaz de oferecer aos estudiosos documentos interessantes para o conhecimento e análise dos fatos do passado português. Era possível, a partir do esforço de Barbosa Machado, realizar aquilo que esse erudito e os membros da Academia Real da História não fizeram como historiadores. Eles tinham os documentos, mas não o conhecimento do sentido da história, o rigor científico e a imparcialidade que, no século XIX, eram pré-condição para aquele que desejava se ocupar dos acontecimentos de outrora. O próprio investimento de Ramiz Galvão e de Zeferino Brum sobre a coleção que estavam estudando e restaurando era marcado pela ideia de imparcialidade e de preservar o documento o mais próximo possível do original, apesar das interferências que nele produziam.

Embora Ramiz Galvão pretendesse separar o seu trabalho e as suas concepções das de Barbosa Machado, nós podemos destacar alguns

---

32 GALVÃO, Ramiz. Diogo Barbosa Machado, p.20-21. (Grifo nosso)

pontos de contato entre o trabalho do erudito do século XVIII e do bibliotecário do XIX. Encontrar contatos não significa dizer que o colecionador português e o bibliotecário/ historiador se relacionassem com o passado da mesma maneira. Antes, pressupõe um duplo movimento que pretende entender, por um lado, como a coleção foi utilizada por Galvão e, por outro, ressaltar alguns legados que permaneceram de um momento a outro ou mesmo foram reinventados.

Esse é o caso, por exemplo, do uso pedagógico conferido ao passado tanto pelo colecionador como pelo bibliotecário. Vimos que para Barbosa Machado, o passado era entendido dentro da chave da *história magistra vitae*, isto é, era possível a partir do conhecimento dos fatos do passado, aprender com ele, conhecer as glórias do Império português, seus varões insígnies, ou ainda rememorar os atos infames, que também constituíam um exemplo a *não* ser seguido. Essa concepção pedagógica da história é um legado que vem da Antiguidade, como nos mostra Catroga, e que se reinventa a partir das novas relações que os homens vão estabelecendo com o passado. Se na Antiguidade o exemplo visava produzir efeitos ético-cívicos,<sup>33</sup> podemos afirmar que, no caso do século XVIII português, o exemplo agia no sentido da construção do modelo de súdito. No entanto, a ideia de que a história é capaz de ensinar os homens através dos exemplos permanece no tempo de Ramiz Galvão, ganhando novos contornos, pois o exemplo terá o sentido de “despertar o amor à pátria e servir de estímulo à juventude para que ela guie o país pelo caminho do progresso”.<sup>34</sup>

É interessante observar que, quando analisamos a produção de alguns membros do IHGB, entre eles o próprio Galvão, percebemos que, num mesmo lugar de produção historiográfica, conviviam noções de *historia magistra vitae* e de história como progresso. Para Ramiz Galvão, o progresso estava longe de ser uma ruptura com o passado. Pelo contrário, incorporava fatos e personagens de outrora, que deveriam não só dar exemplos de honra à pátria, mas “falar ao coração da juventude”,<sup>35</sup> responsável pelo caminho da nação para o progresso.

Um bom indicador de como as noções de exemplo e progresso se imbricavam em Ramiz Galvão é a obra *Galeria da História Brasileira*, álbum com reproduções de telas e gravuras que representavam vários personagens da história nacional e que foi composto em função das comemorações do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil.

Constam nessa galeria nomes como Cristóvão Colombo, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, José de Anchieta, Pe. Nóbrega, Tomé de Souza, Tiradentes, José Bonifácio, General Osório, Duque de Caxias, entre outros. Alguns dos fatos representados são: a elevação da Cruz em Porto

33 CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*, p.65.

34 GALVÃO, Ramiz. *Livro do centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

35 GALVÃO, Ramiz. (org.) *Galeria de história brasileira 1500-1900*. Rio de Janeiro: H. Garnier, [s.d.], p.1.

Seguro, o Grito do Ipiranga, a Guerra do Paraguai, a emancipação dos negros e a Proclamação da República. Mesmo partilhando de determinadas preocupações que não estavam presentes na Academia Real ou no trabalho do abade de Sever, Ramiz Galvão também pensava o passado como fontes de exemplos para o presente. Nele estavam os grandes heróis e eventos que mostravam o valor de um determinado povo ou nação. Enquanto Barbosa Machado constituiu o seu rol de reis, súditos e eventos portugueses (a sua coleção de exemplos morais), Galvão produziu a sua galeria de heróis e fatos marcantes da história nacional. Ambos faziam um trabalho de memória ao estabelecer o que devia (e o que não devia) ser lembrado. A semelhança entre os trabalhos de Ramiz Galvão e de Barbosa Machado poderia terminar aí, mas não termina. Na galeria produzida pelo Barão de Ramiz, encontram-se imagens de alguns monarcas portugueses, tais como dom Manuel, dom João III e dom Sebastião. É importante destacar que aquelas poderiam ser apenas imagens de reis lusos, no entanto, as gravuras selecionadas são, na realidade, cópias dos retratos que figuram na Coleção Barbosa Machado. Ramiz Galvão não só coordenou a restauração e o estudo de tal coleção, mas também se apropriou de suas imagens no momento em que fez a *Galeria da História Brasileira*. Os personagens colecionados por Barbosa Machado, que ganharam novos significados no trabalho de Galvão, passavam a compor agora a galeria da história da nação brasileira.

A história nacional de Ramiz Galvão não excluía, portanto, a presença portuguesa, tampouco a considerava nociva. De acordo com Manoel Salgado,

num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa: muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. (...) Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica. Tal experiência marcará certamente a socialização desta geração, criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança.<sup>36</sup>

Dessa forma, o esforço e empenho de Ramiz Galvão em estudar e restaurar uma coleção feita para exaltar Portugal, sua monarquia e seus varões, pode ser compreendido também pela admiração do membro do IHGB pelos portugueses e pela própria ideia de buscar ligar as histórias lusa e brasileira.

---

36 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988. p.2 e 6.

Antes de terminarmos este item, convém lembrar que, se o foco de Ramiz Galvão é “o coração da juventude”, isto é, se seu interesse é desenvolver o patriotismo como um sentimento quente e vivo no coração das novas gerações, ele o faz utilizando em sua narrativa elementos que “satisfaçam não menos o coração que a inteligência”.<sup>37</sup> Ou seja, se cabe ao historiador desenvolver e animar em seus leitores o sentimento patriótico e o desejo de ser fiel e defender sua pátria, a sua escrita não pode prescindir de procedimentos técnicos e do compromisso com a verdade dos fatos. Isso significa dizer que o sentimento patriótico (que deve existir no autor, inclusive) não pode falsear a narrativa. Pelo contrário, para cumprir a sua função, a narrativa deve ser verdadeira e o historiador deve ser sincero, rigoroso e fiel. A cientificidade e a sinceridade, ao caminharem juntas, garantem a utilidade da história, isto é, o seu sentido pedagógico, o convite às novas gerações a agir estimuladas pelos exemplos do passado.<sup>38</sup>

### **Considerações finais**

O trabalho de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional e, sobretudo, as restaurações e estudos que promoveu sobre a coleção de retratos foram de grande importância. No entanto, se esses trabalhos foram precursores, eles não foram os únicos. Já no século XX, outros funcionários da instituição restauraram ou trabalharam com a coleção do abade de Sever. Nesse momento, as principais mudanças se deram não na parte dos retratos, mas nos folhetos e mapas. A bibliotecária Rosemarie Horch se destaca nesse processo, pois coube a ela fazer um catálogo de todos os opúsculos da Coleção Barbosa Machado.

Assim como Lygia Cunha, Rosemarie Horch estudou na Europa e começou a trabalhar com a coleção de opúsculos de Barbosa Machado desde que entrou para a Biblioteca Nacional. Incumbida de fazer um catálogo daquele acervo, a funcionária, quando tirou licença-maternidade, pode transportar para casa vários dos volumes daquela coleção. Em 1956, ano em que se mudou para São Paulo, ela chegava a levar cerca de quatro ou cinco tomos dos folhetos para que seu trabalho não fosse interrompido.<sup>39</sup>

O catálogo produzido por Rosemarie saiu nos Anais da Biblioteca Nacional a partir de 1972 e hoje é referência para aqueles que procuram estudar algum assunto a partir dos folhetos coligidos por Diogo Barbosa. No entanto, a maneira como esse catálogo foi produzido difere da forma como o bibliófilo setecentista organizou a sua coleção de opúsculos. A

---

37 TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n.2, p.12-28, 2009. Disponível em: <[www.ichs.ufop.br/rhh/](http://www.ichs.ufop.br/rhh/)>.

38 Estas reflexões se baseiam no artigo já citado de autoria de Rodrigo Turin, no qual ele analisa três elementos recorrentes na retórica dos historiadores oitocentistas e que modelam o trabalho de escrita do historiador: a sinceridade, a cientificidade e a utilidade.

39 HORCH, Rosemarie Érika. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 20 out. 2005.

divisão proposta pelo abade era, sobretudo, tipológica. Dessa forma, os folhetos eram selecionados por tipos literários (genetliacos, exéquias, notícias militares, etc) e, dentro de cada tomo, foram dispostos em ordem cronológica. A bibliotecária optou por catalogá-los não na ordem em que apareciam nos volumes, mas cronologicamente, pois, assim, era possível perceber o desenvolvimento do interesse português pelo Brasil.<sup>40</sup>

Podemos perceber que, durante o tempo que permaneceu na Biblioteca Nacional a coleção sofreu algumas modificações que, se em um primeiro momento podem parecer irrelevantes, merecem ser ressaltadas, pois são mudanças que alteraram a obra de seu artífice. A Coleção Barbosa Machado foi, aos poucos, perdendo o seu caráter de compilação particular e o abade de Sever foi esquecido como artífice desse conjunto. Atualmente, não há um catálogo na Biblioteca Nacional que nos leve diretamente à sua coleção, pois a classificação do acervo ficou condicionada à Biblioteca Real. Só é possível saber se um livro era ou não da sua livraria pessoal a partir do ex-libris do colecionador.

A coleção foi ainda, durante o século XX, separada dentro das diversas seções da Biblioteca Nacional, o que a fez perder o seu caráter de uma coleção completa. Hoje, no máximo, pensa-se em três conjuntos separados – de retratos, de opúsculos e de mapas –, pois eles foram preservados em setores diferentes, respectivamente Iconografia, Obras Raras e Cartografia. A obra de Barbosa Machado acabou sendo utilizada, sobretudo a partir do catálogo cronológico de Rosemarie Horch, para estudar assuntos isolados, referentes à história do Brasil ou à história da monarquia portuguesa. Não é levado em conta, portanto, o processo de preservação desses folhetos e de constituição dos mesmos como fontes. O catálogo da bibliotecária, embora muito útil como instrumento de pesquisa para os estudiosos, acabou não preservando a classificação projetada pelo colecionador dos opúsculos.

Conhecer essas modificações é importante para lidarmos melhor com a coleção. Afinal, é preciso entender que ela mesma possui uma história que ultrapassa a vida de seu autor e compilador. Ela não só nos remete à maneira como o século XVIII relacionava-se com o passado e o futuro, mas também à forma como, posteriormente, os funcionários da Biblioteca Nacional elaboravam a sua experiência do tempo a partir do seu trabalho diário com os materiais herdados de Portugal, entre eles essa coleção.

Como se pode notar ao longo deste artigo, a *Coleção Diogo Barbosa Machado* passou, ao longo de três séculos, por várias mudanças relacionadas a diferentes maneiras de pensar a história. Se, no século XVIII, a história tinha a função de fornecer exemplos, no século XIX, ela passou a ser uma ciência exercida por um profissional, o historiador, capaz de analisar e de lançar luz sobre os fatos do passado. Mas, como destacamos, no caso

---

40 HORCH, Rosemarie Érika. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro*.

do IHGB – e, mais especificamente, de Ramiz Galvão –, os exemplos do passado continuavam válidos para o presente caminhar para o progresso. *A história magistra vitae*, a pesquisa e o contato com os documentos como critério para estabelecer uma verdade podiam ser encontradas nos dois momentos, mas as questões que essas épocas lançavam sobre o passado, as demandas em relação à tarefa do historiador e, sobretudo, a maneira como elas se percebiam em relação a um tempo que já passou, mudaram substancialmente de um período para o outro. Adentrando o século XX, a coleção passou por novas alterações, especialmente a partir das restaurações e catalogações às quais foi submetida. Vimos como esse acervo foi alterado, sobretudo no que se refere à organização original proposta por Barbosa Machado, ganhando não apenas modificações em sua estrutura e composição, mas também novos usos e significados.